



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/05/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. ESMAM.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DECISÕES.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	3 - 5
3.2. DESEMBARGADOR.....	6 - 7
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DECISÕES.....	8
4.2. PROCESSO SELETIVO.....	9 - 10

## As regras especiais de aposentadoria serão apresentadas por Omar Chamon no “Durante o Expediente”

As regras especiais de aposentadoria estão na pauta do projeto “Durante o Expediente”, da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam), nesta sexta-feira (5). Desta vez, o juiz federal Omar Chamon, mestre em Direito Previdenciário pela PUC/SP, vai conduzir a discussão sobre o tema, que é um dos pilares da reforma previdenciária no Brasil.

Autor de diversas obras jurídicas e ex-procurador federal do INSS, o professor de pós-graduação e de

cursos preparatórios para concursos públicos, Omar Chamon, estará no auditório do Fórum de São Luís (Calhau), em evento aberto ao público, das 10h às 11h.

A atividade faz parte de um calendário de ações organizado pela Esmam. A ideia é fazer uma pausa no expediente de magistrados e servidores, promotores, defensores, advogados e os jurisdicionados em geral para participarem de palestras, que envolvam temas de interesse da

comunidade jurídica e sociedade civil.

“Com duração curta, de apenas 60 minutos e abertura para debates, as palestras objetivam propiciar uma visão mais clara sobre assuntos de interesse da sociedade”, explicou o diretor da Esmam, desembargador Paulo Velten.

**PRIMEIRA EDIÇÃO** - Na edição anterior do “Durante o expediente”, no dia 28 de abril, o juiz Ângelo Antonio Alencar dos Santos (presidente da Associação dos Magis-

trados do Maranhão) falou sobre o Projeto de Lei que trata dos casos de Abuso de Autoridade.

**SERVIÇO: DURANTE O EXPEDIENTE – 2ª EDIÇÃO**

“Regras Especiais de Aposentadoria” com o juiz federal Omar Chamon

**QUANDO:** Sexta-feira, 5 de maio, às 10h

**ONDE:** Auditório Des. José Filgueiras, no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís.

**PALESTRA ABERTA AO PÚBLICO EM GERAL**

# SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO

## Tribunal do Júri é suspenso a pedido do Ministério Público

Atendendo ao pedido de desaforamento ajuizado, em 30 de março, pelo Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário determinou a suspensão de um Tribunal de Júri previsto para ser realizado no dia 11 de maio em São Domingos do Azeitão.

A iniciativa de suspender o julgamento e tentar transferi-lo de São Domingos do Azeitão para São Luís é do promotor de justiça Laécio Ramos do Vale.

Em decisão liminar, de 19 de abril, o desembargador Antonio Bayma Araujo, da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, suspendeu o júri até o julgamento definitivo do

pedido de desaforamento.

**CRIME** - O réu Iron Duarte de Sousa é acusado de homicídio qualificado, praticado em 2012. Ele atirou contra os adolescentes Bruno Pereira Carreiro e Pedro Costa Barros, de 13 e 12 anos, respectivamente. O primeiro levou um tiro na cabeça e faleceu e o segundo foi atingido na cabeça e no braço, mas conseguiu sobreviver.

Consta na denúncia que o réu se encontrava no depósito de sua propriedade quando as duas vítimas, que vinham do colégio e brincavam nas imediações, movidos pela curiosidade, ergueram a cabeça sobre o muro e foram atingidos por

tiros.

**DESAFORAMENTO** - O deslocamento de um processo de um foro para outro, ou seja, mudança de comarca, é admitido pelo Processo Penal quando há dúvida sobre a imparcialidade do júri.

São Domingos do Azeitão tem 7.259 habitantes, segundo dados do IBGE, e o réu e a família dele são proprietários dos maiores estabelecimentos comerciais, fornecendo mercadorias para toda a cidade e são os maiores empregadores.

Segundo informações obtidas pela Promotoria de Justiça, cerca de 80% da população local são clientes e dependem do

crédito que possuem junto aos estabelecimentos comerciais da família do réu.

Além disso, o MPMA constatou que o réu contratou para trabalhar em seu comércio o sobrinho da principal testemunha de acusação. “Sendo assim, resta cristalino que a imparcialidade do julgamento está seriamente comprometida, sendo perceptível a necessidade de desaforamento para outra comarca, distante da forte influência que o réu exerce na sociedade de São Domingos do Azeitão”, argumenta, em sua manifestação, o promotor de justiça Laécio Ramos do Vale.

# Pacovan, o homem-bomba



Apontado com mentor de um grande esquema de corrupção, Pacovan, preso pela Operação Jenga, que investiga crime de corrupção, agiotagem e lavagem de dinheiro, demonstrou, voluntariamente, a vontade de contribuir com as investigações por meio de um acordo de delação premiada, fato que pode revelar os nomes de prefeituras e administradores públicos do Maranhão envolvidos no esquema.

PÁGINA TRÊS

## Delegado esclarece como era o esquema de desvios do dinheiro público

Em entrevista exclusiva a **O Imparcial**, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Pereira, revela vários detalhes dos procedimentos policiais para prender Pacovan, com outros 17 membros de organização criminosa montada para lavagem de dinheiro público ilícito utilizando postos de combustíveis e empresas. PÁGINA TRÊS



K. GEROMIMPIDA. PRESS

  
**Sabemos como funcionava o esquema, agora vamos chegar aos participantes. Ainda temos muita a fazer**

Lawrence Pereira  
DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

Entrevista / Lawrence Pereira

# Pacovan ameaça delatar crimes

Em entrevista, o delegado-geral da PC, Lawrence Pereira, fala dos detalhes da operação que prendeu o agiota que está disposto a contribuir com as investigações



Durante sua prisão, o Pacovan manifestou que teria interesse em colaborar com as investigações



Posto do agiota Josivaldo Cavalcanti da Silva, o Pacovan, que está interdito pela polícia. A organização utilizava contratos de prestação de serviço e fornecimento de combustíveis com os postos adquiridos para este fim



Ele não tem ficado muito em Pedrinhas, porque ele tem passado horas e horas prestando depoimentos por iniciativa dele, voluntariamente. Desde que foi preso, ele falou que desta vez falava. Ele tem conversado muito conosco

FELIPE KLAMT

**A** prisão de reincidente e conhecido agiota Josivaldo Cavalcanti da Silva, o Pacovan, com outros 17 membros da sua organização criminosa montada para lavagem de dinheiro público utilizando postos de combustíveis e empresas de pequeno porte que movimentou mais de R\$ 100 milhões, podendo chegar aos R\$ 200 milhões, assustou figuras carimbadas do poder político e empresarial pela consistência das provas colhidas durante o ano de investigação.

À reportagem do jornal **O Imparcial**, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Pereira, concedeu uma longa entrevista com muitos detalhes dos procedimentos policiais que utilizaram de órgãos de controle financeiro e sofisticados programas tecnológicos que permitem apontar Pacovan como o cérebro das ações criminosas que desencadearam a Operação Jenga.

O grande temor dos que utilizaram da lavanderia financeira do agiota Pacovan está em descobrir o quanto estaria o principal arquivo vivo do Maranhão disposto a confessar. Toda Polícia Civil está empenhada em proteger a integridade do prisioneiro que, desde o momento da sua prisão, demonstrou, voluntariamente, a vontade de contribuir com as investigações, pensando em um acordo de delação premiada.

Detido com uma prisão temporária, Pacovan ainda não parou de falar nos depoimentos, deixando claro à Justiça e aos envolvidos nos seus esquemas de corrupção que pode ser o "homem-bomba" para desencadear uma Lava-Jato maranhense, levando à prisão de gestores e políticos com ou sem mandatos. Seu arquivo pessoal pode mudar a estrutura do poder nos municípios e nas altas esferas no Maranhão e no Congresso Nacional.

Todas as atenções estão voltadas para a decisão da Justiça, que deve analisar os pedidos de liberdade dos advogados de Pacovan e de manutenção das prisões da Secretaria de Segurança Pública.

#### **Como foi o início do processo para chegar à Operação Jenga?**

O monitoramento permanente do Coaf verificou vultosas movimentações financeiras, na casa dos milhões de reais, incompatíveis com o patrimônio de algumas empresas de pequeno porte. O órgão encaminhou os relatórios à Polícia Civil, dando início às investigações. O Departamento de Combate ao Crime Organizado, vinculado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais, realizou, no nosso Laboratório de Tecnologia e Lavagem de Dinheiro, análise e cruzamentos de dados com sofisticados programas de software que conseguem fazer leituras detalhadas, impossíveis para a mente humana. O programa mostrou um organograma para a investigação.

Durante um ano de investigações, verificamos que muitas dessas empresas não tinham nem estrutura física para tamanha movimentação de dinheiro, existindo somente de fachada, no papel. Nesse sentido, Pacovan começou a conseguir seu objetivo, que é a distorção da origem ilícita do dinheiro desviado. A organização utilizava dos cargos e mandatos dos gestores públicos que participavam realizando contratos de prestação de serviço e fornecimento de combustíveis com os postos adquiridos para este fim, forjando que o combustível está sendo fornecido, ficando com uma parte deste lucro para pagamento da agiotagem que ele emprestou, sobrando ainda um troco para esses gestores. Tudo isso acontece sem que Pacovan e os gestores públicos apareçam nos processos, aparecendo somente os laranjas.

#### **Os levantamentos conseguiram demonstrar que o Pacovan era o proprietário destas empresas?**

Apesar das empresas estarem nos nomes de outras pessoas, de laranjas, de fato o operador era o Pacovan, ele controla toda a engenharia criminosa. A grande diferença desta operação está no levantamento que o mostra como a figura principal dos crimes. Anteriormente, o Pacovan vinha sendo investigado como acessório dos esquemas praticados nos municípios. Mesmo com atores conhecidos e repetitivos que praticavam desvios de verbas públicas, como o caso do município de Bacabal, que era um dos integrantes, agora ele é o foco principal.

#### **Existe realmente um pedido do Pacovan para uma delação premiada?**

Dentro da investigação, isto é uma possibilidade real, porque o Pacovan não está sendo investigado como acessório, ele é o alvo principal. E quando alguém é investigado como alvo principal, com repetição de condutas criminosas, a tendência é que seja imputada a ele uma pena muito alta, que pode ultrapassar os trinta anos de prisão. Neste sentido e por ele ter muitas informações das suas negociações criminosas com muitas pessoas, a tendência é ele vir propor essa colaboração, chegando ao instituto da delação premiada, que atingiu sua evidência a partir da Operação Lava-Jato. "Durante sua prisão, o Pacovan manifestou que teria interesse em colaborar com as investigações.

#### **Como o Pacovan foi solto tantas vezes? Existe a possibilidade desta prisão ser somente temporária?**

Tem vários aspectos que precisam ser enfrentados. Ele está preso de forma preliminar, temporária, que pode ou não ser convertida em prisão preventiva. Se ele nas oitavas cooperar com a polícia, pode ser que o Poder Judiciário

converta em outras penalidades diferentes que não seja a prisão. Pode ser monitorado com tornozeleira eletrônica se contribuir nas investigações. Verificando se ele, durante os depoimentos, vem concedendo para os delegados demonstrar a possibilidade de esclarecer todo o esquema da organização criminosa e dos gestores públicos favorecidos, podem ser proposta outras penalidades que não coincidam com cerceamento de liberdade. Respeitamos a decisão da Justiça, mas o nosso entendimento é que não há motivo para ser colocado em liberdade, porque já está comprovado que, uma vez solto, ele volta a cometer crimes que prejudicam muito a sociedade.

#### **Sendo um arquivo vivo da corrupção no Maranhão, o Pacovan está protegido?**

Hoje já vivemos uma nova realidade no Sistema Prisional, fruto do trabalho do governo de Flávio Dino. Há três ou quatro anos, não teríamos a menor segurança em poder dizer que o Pacovan estaria protegido. Hoje, posso afirmar que, pelo número de vagas criadas e pela gestão na administração penitenciária, que ele está protegido, está em segurança, está sendo mantido em um local isolado, em Pedrinhas, longe de membros de facções criminosas. Está numa unidade de segurança máxima para sua segurança pessoal.

#### **Pacovan tem contribuído nos depoimentos?**

Ele não tem ficado muito em Pedrinhas, porque ele tem passado horas e horas prestando depoimentos por iniciativa dele, voluntariamente. Desde que foi preso, ele falou que desta vez falava. Ele tem conversado muito conosco.

#### **Delegado, estamos diante de uma Lava-Jato maranhense?**

Se ele realmente vier a falar tudo que sabe, acredito que pode ser comparado sim a uma Lava-Jato estadual. O nome da operação é Jenga, um jogo de montagem de blocos para a construção de uma torre em que, se você tira uma das peças, toda torre desaba. Essa peça fundamental é o Pacovan. Se ele realmente cooperar com a polícia, muitas condutas criminosas estarão sendo esclarecidas.

#### **Como estão as pressões externas a partir da prisão dos 18 envolvidos?**

A nova realidade da Polícia Civil é que temos liberdade e autonomia para promover qualquer investigação, desde que se fundamente no ponto de vista legal e jurídico. Mas não interferências, nem do executivo estadual por parte do governador e nem do secretário de Segurança Pública no que tange da investigação ser tendenciosa de qualquer forma ou ser

impedida de avançar para conseguir o seu objetivo social, os delegados tem autonomia nas investigações.

#### **Quais os outros órgãos de controle que estão contribuindo para esta investigação?**

Acaba que todos os órgãos de controle acabam convergindo para um trabalho conjunto. O Coaf, quando identifica algo errado, dispara para diversos órgãos. Temos a Sefaz, a Secretaria de Transparência, o Tribunal de Contas, a Corregedoria Geral do Estado, o Gaeco do Ministério Público, a Superintendência Estadual de Combate à Corrupção, o Laboratório de Tecnologia e Combate à Lavagem de Dinheiro e todas as inteligências do Sistema de Segurança Pública da Polícia Civil, que também têm participação em muitas investigações. Todos parceiros para combater esse mal chamado corrupção. Não levamos em conta quem tem de ser investigado pela sua origem, do poder financeiro ou político.

# Alternativas à judicialização

Farmacêuticos e advogados debatem caminhos para reduzir a judicialização do sistema de saúde no Maranhão e no Brasil

LUIS FURTADO

**D**entre muitos problemas na saúde brasileira, um deles chama atenção: a despesa com ações judiciais contra o governo, estados e prefeituras de pacientes que buscam garantir medicamentos, tratamentos ou equipamentos que não têm condições de comprar. Só no ano passado, o poder público gastou R\$ 7 bilhões. De 2010 até 2016, os gastos cresceram mais de 500%. Nesse mesmo período, 22 mil maranhenses deixaram de pagar planos de saúde, gerando um aumento da procura pelo serviço público.

Que alternativas, então, estados, municípios e a União podem buscar? É o que debatem o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão (CRF-MA), o Conselho Federal de Farmácia (CFF) e a Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA) no próximo dia 10 de maio, das 8h30 às 17h. O "Workshop sobre a Judicialização na Saúde - Ações de planejamento e gestão sistêmicas com foco na saúde, visando à redução da judicialização" tem o objetivo de estabelecer estratégias para auxiliar o estado



e os municípios a diminuam o número de ações judiciais na saúde, através de propostas para uma gestão mais sistêmica das redes de trabalho. A inscrição é gratuita e poderá ser realizada no local do evento.

O Workshop contará com a presença desembargador do TJ-RS, Martin Schulze, uma das grandes autoridades em questões judiciais na área da saúde, além do farmacêutico do Conse-

lho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul Dr. Éverton Borges, que devem apresentar painéis e cenários a nível nacional.

Outra presença importante durante o evento é o desembargador João Santana Sousa, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), representando o comitê estadual, além dos conselhos profissionais da área de saúde, e autoridades de saúde no estado. Na ocasião, uma mostra dos

trabalhos realizados em outros estados deve ser apresentada. O evento pretende aproximar e formar redes de cooperação entre os operadores do direito e operadores da saúde no estado, propiciar o intercâmbio entre as instituições do sistema de Justiça e do sistema de saúde do estado, desenvolver ações de planejamento e gestão sistêmicas com foco na saúde e na redução da judicialização.



## FARMACÊUTICO

O tema "Judicialização da Saúde" sempre foi de interesse do Conselho Federal de Farmácia, no intuito de discutir a adequação e ampliação da assistência farmacêutica nos municípios. Do Conselho Federal de Farmácia pelo estado do Maranhão, Fernando Bacelar aponta a necessidade de melhorias na gestão da assistência básica dos municípios, principalmente com os devidos investimentos na assistência farmacêutica. "A Assistência Farmacêutica é parte integrante e essencial dos processos de atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. Logo, é primordial que as atividades sejam executadas de forma a garantir efetividade e segurança no processo de utilização dos medicamentos e de outros produtos para a saúde, otimizando resultados clínicos, econômicos e aqueles relacionados à qualidade de vida dos usuários".

A importância desse debate, segundo Fernando, está diretamente ligada à atuação objetiva dos sistemas de saúde, com a gestão dinâmica e valorização da importância do profissional farmacêutico. "Os medicamentos constituem cerca de 80% das demandas judiciais, fato que causa um enorme impacto nos cofres públicos, com repercussões na saúde. O farmacêutico encontra-se na interface entre a distribuição dos medicamentos e o seu uso, representando uma das últimas oportunidades de, ainda dentro do sistema de saúde, identificar, corrigir ou reduzir possíveis riscos associados à terapêutica. Daí a importância da inserção deste profissional na Atenção Básica, porta de entrada dos serviços públicos de saúde". Ele reforça ainda como o evento pretende influenciar a diminuição de ações judiciais na saúde. "Queremos provocar essa discussão em nosso estado para realmente garantir uma assistência do medicamento muito melhor à população. Para que a população possa ser mais assistida, que o farmacêutico possa estar mais presente dentro desse contexto para que garanta acessibilidade ao paciente e aos tratamentos da população", conclui Fernando Bacelar.

## Informe JP

### Miudinhas

- A Justiça condenou o Estado do Maranhão e o Município de Bacuri a pagar indenização a familiares dos oito estudantes que morreram no município em 29 de abril de 2014, quando eram transportados numa caminhonete improvisada como “pau de arara” pela prefeitura.
- A indenização por danos morais será de cerca de R\$ 290 mil. Pelos danos materiais, as famílias receberão uma pensão mensal no valor de dois terços do salário mínimo nacional.

**Eden Jr.**

Economista e mestre em Economia  
eden-jr@hotmail.com



## **As agruras do Uber na “Ilha” que despreza a competição.**

Diversas correntes de economistas reconhecem os efeitos positivos que a competição – em ocorrendo num ambiente transparente, em igualdade de condições, dentro de regras estabelecidas e permeável ao ingresso de novos protagonistas – gera para a sociedade, e especialmente para os consumidores.

A “Escola Austríaca de Economia” (de viés liberal) entende que sob a concorrência novas e mais eficientes maneiras de organizar os recursos existentes são instituídas; as empresas rivais buscam aumentar seus lucros pela oferta de melhores serviços e produtos e as decisões empresariais têm como base as informações geradas no mercado, numa dinâmica constante de erros que levam a inovações e promoção do bem-estar econômico da sociedade. Os agentes competem para mais adequadamente atender aos desejos dos clientes, que buscam menores preços e produtos mais requintados. Ao cabo do processo competitivo, aqueles que mais satisfatoriamente atenderam às preferências dos consumidores são recompensados com o lucro.

Contudo, a “Grande Ilha do Maranhão” é contumaz em desprezar a competição e a eficiência, rejeitando a meritocracia e recorrendo a diversos graus de subterfúgios para privilegiar categorias, erguer muros de regalias e, com isso, prejudicar a coletividade. O caso mais recente dessa natureza se deu nos últimos dias, com a promulgação da lei que proíbe, em São Luís, o Uber – aplicativo de transporte de uso mundial. A Lei nº 429/2016, que tolheu o Uber, foi uma iniciativa da discreta ex-vereadora Luciana Mendes, que antes mesmo da chegada do aplicativo na capital já o vetava. Aprovada desde julho do ano passado pela Câmara, a lei seguiu para manifestação do prefeito Edvaldo Holanda Júnior, que em atitude condizente com a gestão que faz, omitiu-se. Deste modo, a lei foi promulgada pelo presidente do Legislativo Municipal, Astro de Ogum. O Uber, nas cidades onde opera, tem trazido diversas vantagens para os usuários. O preço das corridas é mais baixo que o do táxi; permite a avaliação dos motoristas e dos passageiros, gerando um constante aprimoramento do serviço; proporciona mais

segurança, já que o registro dos motoristas, dos passageiros e do roteiro percorrido fica armazenado no sistema; é mais transparente, pois antes mesmo de efetivar a viagem o usuário tem uma prévia do preço que será cobrado;... Verifica-se que o Uber, onde é utilizado, aperfeiçoou até mesmo o serviço de seus rivais, os táxis. Ao perceberem o ganho na qualidade dos serviços prestados pelos oponentes, os taxistas viram-se também obrigados a sofisticar seus trabalhos, oferecendo descontos e tratamento de padrão mais elevado. Ao final dessa competição, o maior vencedor é o cidadão, que pode optar pelo meio de transporte que melhor lhe convier. O mais indicado não seria proibir sumariamente os Uber, todavia, sim, regular e tributar o serviço, e exigir desse as mesmas obrigações que aquelas dos taxistas, de modo a promover uma concorrência em condições de igualdade. No entanto, como dito, a “Grande Ilha do Maranhão” é pródiga em beneficiar classes – inclusive ignorando determinações legais – e desestimular a competição e a eficiência. Exemplos de desprezo à competição são os mais diversos. O Tribunal de Justiça, somente depois de quase 200

anos de instalação fez o seu primeiro concurso público para servidores; o Tribunal de Contas levou perto de 50 anos para fazer o mesmo; a Prefeitura de São Luís abriga, indevidamente, milhares de servidores precários, que não foram submetidos ao escrutínio constitucional do concurso público; a Câmara Municipal, também nessa mesma situação, vem protelando, com ares de eternidade e com a complacência dos órgãos de controle, a realização de concurso; a concorrência para o transporte público da capital somente foi realizada depois de décadas, e sob o firme mando do Ministério Público; o transporte coletivo semiurbano, já sob nova gestão estadual, também não foi objeto de concorrência; entra governo e sai governo e a maioria dos cargos da área meio não são preenchidos por servidores concursados, mas sim pelos polivalentes “comissionados”, com diferença de que antes eram ocupados por reluzentes sobrenomes do baronato maranhense e agora pelos que têm “afinidades ideológicas”. A “Grande Ilha do Maranhão”, como de costume, fez a opção pelo obscuro, pelo medieval,... em detrimento da modernidade...e quem se deu mal foi a população.